

---

**Clipping n° 1233**

, 29 Outubro 2013 - 15:00:50

**R\$ 143 bilhões devem ser injetados na economia a título de 13º salário** Até o final deste ano devem ser injetados na economia brasileira pouco mais de R\$ 143 bilhões em decorrência do pagamento do 13º salário. Este montante representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e será pago aos trabalhadores do mercado formal, inclusive empregados domésticos; aos beneficiários da Previdência Social, e para aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados. Segundo cálculos do DIEESE, cerca de 82,3 milhões de brasileiros serão beneficiados. O valor médio do 13% corresponde a R\$ 1.663,87. Veja aqui a divulgação dos dados Fonte: DIEESE

**Desigualdade entre gêneros ainda é alta no país, revela índice** O Fórum Econômico Mundial aponta a persistência, no Brasil, de desigualdade elevada entre homens e mulheres, em termos de participação econômica (salários, cargos de chefia, emprego de alta qualificação), na comparação internacional. O Índice Global de Desigualdade de Gênero 2013, publicado pela entidade, coloca o Brasil na 62ª posição entre 136 países, considerando quatro áreas-chave: saúde, acesso à educação, participação política e igualdade econômica. O Brasil mantém a mesma classificação do ano passado, mas com ganho de 20 posições em relação a 2011, refletindo a "consolidação de ganhos que o país fez recentemente em direção à igualdade de gêneros". No índice deste ano, o Brasil divide a primeira posição do ranking com vários países em três quesitos: igualdade no acesso à educação, saúde e expectativa de vida. Apesar disso, o Fórum estima que o país ainda tem muito a fazer para assegurar o reconhecimento da mulher no mercado de trabalho e na vida pública. Em relação à igualdade de salários, o Brasil está na 117ª posição entre 126 países. Por trabalho igual, as mulheres receberiam apenas 54% do que é pago aos homens, em média. A renda média das mulheres é estimada em apenas 61% daquela dos homens. As mulheres no Brasil continuam também sub-representadas no Congresso (ocupam apenas 9% das cadeiras) e nesse item o país fica na 116ª posição. A situação melhora quando se soma a participação feminina no quadro de altos funcionários e na administração de empresas. Nesse caso, o país sobe para 32º da lista. Pela metodologia usada pelo Fórum, considerada por alguns analistas como simplificadora, a desigualdade seria muito maior no Brasil do que em países como Burundi, Lesoto ou Burkina Faso, a entidade não faz a nuance entre países com forte exclusão social para os dois sexos e outros com inclusão social, com mulheres entrando mais tarde no mercado de trabalho porque ficam mais tempo na escola, por exemplo. (Fonte: Valor Econômico)

**Pochmann defende redução da jornada de trabalho** Em evento recente realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, o economista e professor Marcio Pochmann discutiu a mudança do sistema produtivo, industrial e de serviços para compensar a desigualdade na distribuição dos lucros obtidos com o trabalho – a maior parte deles concentrada nas mãos das empresas. Para chegar ao tipo de produção do trabalho imaterial desempenhado pelo trabalhador da área de tecnologia e qualquer profissional da área de serviços, com os avanços tecnológicos e as mudanças estruturais que estão ocorrendo no mundo – o profissional trabalha em torno de 18 a 19 horas por dia para o benefício apenas da empresa –, explicou. O economista argumenta que esse avanço tecnológico e a nova cultura de organização social e econômica da sociedade provocam uma expropriação cada vez maior do tempo de trabalho do

cidade, que não está mais restrito aos limites da empresa na qual ele trabalha. Pochmann destacou também que as empresas exigem cada vez mais capacitação de seus profissionais, mas esta qualificação excede seu tempo de trabalho, destruindo o momento destinado ao descanso e ao lazer. O trabalhador está produzindo muito além do que a jornada e o seu trabalho físico proporcionavam antigamente pela empresa. Por isso, é justo que se reduza a jornada de trabalho para 12 horas semanais, que seriam adequadas para contrapor esse acúmulo de capital que vem ocorrendo devido ao trabalho imaterial, argumentou. A análise do palestrante evidencia, portanto, que o trabalhador concentra uma sobrecarga de trabalho, uma vez que ele está produzindo riqueza e recursos que serão destinados para as empresas sem a justa distribuição para os trabalhadores. **Papel dos sindicatos** A redução da jornada de trabalho, segundo Pochmann, está ligada ao processo de formação do trabalhador.

É preciso diminuir o tempo de trabalho para ele ter como estudar e se qualificar, ter acesso à diversidade e cultura, pontuou. Para Pochmann, o movimento sindical precisa entender que a questão da capacitação do trabalhador é ponto fundamental para o seu fortalecimento. Os sindicatos devem incentivá-la para que o aperfeiçoamento não fique nas mãos dos empresários ou do Estado. A educação do trabalhador deve e precisa ser um espaço de atuação sindical também, defendeu. O palestrante argumenta que a qualificação e a capacitação são um trunfo importante para os sindicatos negociarem mais e melhores direitos para os trabalhadores. Além disso, propõe a retomada do papel social, de discussão política, como instituição-base para o trabalhador. **Investimentos em educação** Na análise de Marcio Pochmann, o jovem só deve entrar para o mercado de trabalho após sua formação no ensino superior, que o prepara melhor para enfrentar a realidade de sua carreira. Para o economista, o Brasil tem um importante desafio na educação: fazer o conhecimento ter papel fundamental na vida dos trabalhadores e de toda a sociedade. Na análise do especialista, conhecimento é sistematização e análise de informações, não apenas a obtenção da informação pura, simples e em grande quantidade. O Brasil gasta, hoje, 5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) com educação. Marcio Pochmann fez uma comparação entre os gastos com capacitação da Petrobras e do governo brasileiro. A primeira investiu R\$ 400 milhões no aperfeiçoamento de seus 60 mil profissionais, enquanto o Ministério do Trabalho gastou R\$ 127 milhões para capacitar todos os seus trabalhadores. Se não houver pressão da sociedade, este cenário não vai mudar. É um momento estratégico, no qual podemos fazer a história com nossos meios. Nada nos impede de fazer essa mudança. Talvez apenas o medo, mas eventos como este seminário nos dão força para exigir a garantia de igualdades de condições sociais e educacionais para os brasileiros, argumentou.

**Realidade do capitalismo** Sob o panorama da trajetória do capitalismo, que, segundo Pochmann, até 1914 se organizava na forma de impérios, não como estados nacionais, o economista ressaltou que há um processo de concentração do capital e enfraquecimento das instituições, o que ele considera a mais grave crise do sistema. Para tentar conter este cenário, o professor explica que o Brasil precisa voltar a ter a capacidade de criar políticas nacionais. Nós não sabemos mais criar uma política monetária autônoma, por exemplo. O Brasil representa entre a sexta e a sétima economia do mundo, mas as políticas nacionais estão ameaçadas porque as empresas se organizam na forma de cadeias produtivas, enfatizou sobre o poder de interferência das grandes corporações na economia e na política. Sobre a realidade do trabalho no Brasil, Marcio Pochmann estabelece grandes desafios com os quais o movimento sindical precisa estar atento. Em 2030, a previsão é de que a população brasileira chegue a 207 milhões de habitantes, com a perspectiva de mais mortes do que nascimentos a partir daquele ano. Um outro aspecto está relacionado ao perfil etário nacional. Segundo o economista, o Brasil terá uma população idosa para a qual não estará preparado: há atualmente três milhões de idosos com 80 anos; em 2030, serão 20 milhões. Há uma agenda a ser construída para essa realidade. E também é necessário ampliar os ganhos, a participação nos lucros e a rentabilidade do trabalhador, concluiu Marcio Pochmann. (Fonte: Sindpd-SP) **Jorge Caetano Fermino**